

A divulgação da pesquisa educacional*

Pedro Goergen

Resumo

O presente trabalho examina a questão da divulgação da pesquisa educacional, sobretudo daquela realizada nos programas de pós-graduação das universidades. Seu objetivo é apontar algumas dificuldades e deficiências, partindo do pressuposto compromisso social da universidade. Na tentativa de identificar algumas razões da não divulgação da maioria das pesquisas, são levantadas questões como a qualidade das investigações, o compromisso social dos pesquisadores e a precariedade dos meios de divulgação. Aprimoramentos na área dos dois primeiros é assunto complexo que deve ser encaminhado através de um debate mais amplo da universidade, de seus cursos de pós-graduação e da pesquisa neles realizada. Com relação ao último aspecto, são indicados alguns caminhos alternativos.

Palavras-chave: pesquisa educacional; divulgação; universidade.

* Artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n. 153, p. 201-214, maio/ago. 1985.

Abstract

The publicizing of educational research

This paper examines the question of publicizing educational research, above all those completed in post graduate programs in universities. Its objective is to indicate several difficulties and deficiencies based on the presupposition of social compromise of the university. In trying to identify several reasons why the largest part of the research is not publicized, questions are raised in relation to the quality of the research, the social compromise of the researchers and the methods of publicizing. Changes in the first two areas are complex and should be amply debated by universities, their graduate courses and research conducted. In relation to the last aspect, indications are made concerning alternative courses of action.

Keywords: educacional research; publicizing; university.

*A praxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade.
Karel Kosik (1976).*

Introdução

114

A universidade é uma instituição plurifuncional. Desde Humboldt a pesquisa é, ao lado da docência, uma das funções básicas dessa instituição. Esta nova função conquistou seu lugar e cresceu em importância seguindo os caminhos abertos pela instalação da revolução científico-tecnológica de nossa era. Mais recentemente, os autores subdividem as funções da universidade em docência, pesquisa e extensão de serviços, ou, como prefere F. Fernandes (1979, p. 247-248), em missão cultural (transmissão e conservação do saber), missão investigadora (produção e progresso do saber), missão técnico-profissional (formação de profissionais de alto nível) e missão social (serviço social da universidade).

Nestes esquemas, a prestação de serviços, também chamada de extensão universitária ou missão social da universidade, forma um setor isolado dos demais, o que sugere que a nova função tem como objetivo superar o distanciamento social que, ao longo da história, vem caracterizando a docência e a pesquisa. A prestação de serviços, como costumamos ouvir, seria a ponte de ligação entre a universidade e a sociedade, superando seu caráter isolacionista, elitista e endogenista através do acesso de faixas mais amplas da população aos benefícios da universidade. A pergunta que surge é se realmente o objetivo de socializar o saber, criado e veiculado pela universidade, pode ser alcançado através do simples acréscimo de uma nova função que procura estabelecer a ligação, antes inexistente, entre a universidade e a sociedade ou se, antes e além da extensão de serviços à comunidade, a própria docência e pesquisa já não deveriam ter um caráter social (cf. Saviani, 1984, p. 46).

É no contexto desta pergunta, restrita à área da pesquisa, que será colocada a questão da divulgação da pesquisa educacional.

Baseados nas críticas e queixas constantes que vêm de dentro e de fora da universidade, podemos tomar como ponto de partida o fato de que os resultados da pesquisa educacional, realizada na universidade, não vêm sendo divulgados adequadamente junto aos diversos segmentos sociais, supostamente destinatários interessados, sejam eles do próprio meio universitário, da comunidade dos pais, professores e alunos dos outros níveis de ensino, ou da sociedade em geral. Trata-se de um tema complexo devido aos vários fatores que nele interferem. A falta de recursos e os meios inadequados não são os únicos fatores responsáveis pela não difusão das pesquisas. O argumento de que elas não são divulgadas porque faltam meios adequados de publicação, apesar de verdadeiro, parece ser unilateral e limitado, quando tomado sozinho.

A restrita publicação também deve ser examinada do ponto de vista da própria universidade e dos pesquisadores. Temos que reconhecer que estamos facilmente dispostos a identificar e apontar os erros e falhas dos outros, mas dificilmente os próprios. As considerações que se seguem procuram dar conta de alguns aspectos centrais, num plano mais amplo, enfocando três níveis distintos: primeiro, a qualidade das pesquisas; segundo, a responsabilidade social do pesquisador; e, finalmente, a falta de recursos e meios adequados de publicação. Serão sugeridos ainda alguns caminhos que poderiam contribuir para uma maior divulgação da pesquisa educacional.

A qualidade e criatividade das pesquisas educacionais

Através, de um rápido olhar, podemos constatar o volume significativo de pesquisas que vêm sendo realizadas, sobretudo naquelas instituições que reúnem melhores condições em termos de recursos humanos e materiais. Ainda não temos um sistema de estatística que registre dados atualizados sobre o tipo e a quantidade destas pesquisas, mas já o número de teses de mestrado e doutorado, elaboradas e defendidas nas principais universidades do País, nos fornece uma amostra dos trabalhos que ano a ano vêm sendo apresentados.

Este volume de pesquisas, porém, ainda não é um indicador seguro do seu valor. Pesquisa de boa qualidade é aquela cientificamente competente, criativa e socialmente relevante. Dela esperam-se resultados confiáveis que contribuam para a ampliação dos conhecimentos e a abertura de novos caminhos para a interpretação da realidade e a solução de problemas. Pela experiência do meio universitário, pode-se afirmar, sem medo de cometer injustiças, que grande parte das pesquisas não resiste a uma crítica que questione a relevância dos seus objetos e/ou a adequação e o rigor dos seus métodos. Não interessa aqui apontar os culpados e convém lembrar que, neste particular, devem ser evitados os julgamentos globais e muito fáceis. Há razões de ordens diferentes, como o despreparo do docente ou estudante pesquisador, sua sobrecarga com trabalhos ou exigências administrativas, falta de recursos e tradição de pesquisa, inexistência de bibliotecas, etc. Deve ficar claro também que, a des-

peito de todas as coisas negativas que possamos dizer da pesquisa universitária, ela ainda é proveitosa e merece ser aprimorada.

Vejamos mais de perto os dois aspectos apontados – o objeto e o método –, uma vez que deles dependem a qualidade dos resultados finais das pesquisas, seu potencial de explicação e interpretação da realidade, bem como o maior ou menor interesse de sua publicação. É comum que o baixo nível de qualidade de muitas pesquisas seja atribuído à crônica falta de recursos e aos outros fatores mencionados acima. Na verdade, estes fatores são relevantes, mas, além destes, devem ser mencionados outros, inerentes à própria elaboração da pesquisa. Tais são a escolha dos objetos e o tratamento metodológico que lhes é dado. Destes decorrem detalhamentos como a compartimentalização da realidade e a descontinuidade entre as pesquisas. Convém ainda discutir um outro fator – o caráter teórico –, frequentemente apontado como responsável pela não publicação.

Quanto aos objetos, podemos constatar que, não raro, são escolhidos e delimitados em função de interesses e necessidades circunstanciais, como a desincumbência de determinadas exigências acadêmicas, ingresso ou prosseguimento na carreira, obtenção de títulos, delimitações dos programas departamentais, limitações dos orientadores, etc. Em decorrência, os objetos revelam, muitas vezes, desinteresse ou falta de visão do quadro sociocultural e de seus problemas mais importantes. Muitas pesquisas, sobretudo na área de ciências humanas e, particularmente, as teses de mestrado ou doutorado, são livrescas, de segunda ou terceira mão, que nada trazem de original e criativo para o leitor, interessando somente àqueles que já se encontram na universidade estudando os mesmos assuntos. Ocupam lugar de destaque as tentativas de absorção e transferência dos resultados de pesquisas realizadas fora do País, totalmente desvinculadas de nossa realidade. Os temas são escolhidos sem levar em consideração sua relevância social, seu compromisso com a história e fora do horizonte sociocultural de nossa sociedade (cf. Nosella, 1984).

Não que seja fácil determinar o que é e o que não é socialmente relevante e nem há os iluminados que sempre o sabem: não se pode prescrever ou ditar ao pesquisador o que seja socialmente relevante (cf. Romano, 1982), mas pode-se esperar dele a sensibilidade e a responsabilidade de levar este aspecto em consideração na hora de fixar a temática de sua pesquisa. Se, de um lado, a universidade e o pesquisador devem preservar a sua autonomia, devem, de outro, estar atentos à sua responsabilidade ante os grandes problemas que afligem a sociedade.

À semelhança do que ocorre com relação à escolha e delimitação dos objetos da pesquisa, também o tratamento metodológico sofre influências externas e alheias às razões verdadeiramente científicas. A condição de vivermos numa cultura periférica nos expõe e torna sensíveis aos chamados modismos metodológicos. Estes modismos, que geralmente nascem fora do País, determinam o que deve e o que não deve ser considerado científico. Fazem-se, então, as maiores acrobacias para adaptar o objeto escolhido ao método, o que conduz às conhecidas discrepâncias entre o método que é anunciado no início de um trabalho e aquele que é usado ao longo do seu desenvolvimento. Parece haver um temor generalizado diante de uma “desatualização” metodológica que pode levar a um enquadramento ideológico do

autor. Há pesquisas elaboradas com apreciável rigor mas que se ocupam de temas irrelevantes; e há pesquisas cujos temas são do maior interesse mas não recebem o tratamento devido.

Estes dois aspectos – o objeto e o método – aqui apenas mencionados de forma muito genérica, mas que são determinantes da maior ou menor qualidade das pesquisas, poderiam ser comentados e detalhados. Os limites do presente trabalho não abrem espaço para esta análise, mas é oportuno, ainda, lembrar dois outros aspectos que, no fundo, são reflexo dos anteriores. Trata-se da fragmentação da realidade e da falta de continuidade das pesquisas. As duas questões estão estreitamente ligadas entre si, de modo que poderíamos falar de um fracionamento horizontal e vertical da pesquisa. O fracionamento horizontal significa o enfoque de momentos estanques da realidade, sem chegar a uma análise mais global e a uma visão contextualizada dos problemas. O fracionamento vertical significa que a pesquisa é estanque, isto é, que após sua realização (após a conclusão da dissertação, tese ou convênio) é interrompida abruptamente. Não há continuidade. O pesquisador, sobretudo aquele que ainda é aluno de algum programa de pós-graduação, vê-se na contingência de respeitar determinados prazos que são estabelecidos sem levar em consideração a índole particular de seu trabalho, pressionado pela duração das bolsas ou montantes fixos de recursos que se deterioram com a inflação. A necessidade destas medidas, que a experiência mostra como absolutamente necessárias, pode comprometer a qualidade final de determinadas pesquisas. Exige-se do pesquisador que delimite e reduza o objeto de sua investigação, de tal forma que possa dar conta da tarefa no tempo previsto. Isto pode resultar numa pesquisa micro, tão especializada que perde seu interesse, especialmente quando não estiver integrada num projeto maior que contextualize e dê suporte ao detalhe pesquisado. Fora de um contexto mais amplo, os objetos de interesses muito locais tornam-se assuntos sem sentido para um público maior. Para superarem esta dificuldade sozinhos, os potenciais usuários deveriam acompanhar um grande número de pesquisas, a fim de que, na suposição de que estas tenham sido realizadas, possam, à semelhança de quem compõe um mosaico, juntar peça por peça para compor um quadro mais amplo e coerente. Como, porém, a maior parte das pesquisas permanece isolada, não fazendo parte de um projeto maior, o detalhamento anula seu interesse teórico e prático.

A esta compartimentalização da realidade em pequenos objetos isolados entre si, acrescenta-se a falta de continuidade das pesquisas. Depois de definido e delimitado o tema, elabora-se o trabalho e pronto: nunca mais se retorna ao assunto. Não há um avanço continuado na exploração de determinado tema. Não há progresso nem avanço, seja através do mesmo pesquisador, seja através do trabalho de outros que criticam e somam a partir dos conhecimentos alcançados.

Quando se discute a divulgação, depara-se, frequentemente, com a argumentação de que a sua falta é devida ao caráter demasiadamente teórico da pesquisa. Segundo este argumento, que está relacionado com a questão da qualidade, a pesquisa é muito teórica e, portanto, vazia de interesse para aqueles que dela esperam uma orientação para a sua ação concreta. Este argumento merece um pouco de

nossa atenção porque parece esconder um mal-entendido com consequências eventualmente graves para a orientação da própria pesquisa. Não é de hoje que a universidade procura encontrar um equilíbrio entre a pesquisa, que se propõe encontrar respostas para questões concretas que se manifestam na sociedade em determinado momento histórico, e a pesquisa chamada de base, menos presa aos problemas imediatos. O debate está balizado, de um lado, pelo posicionamento daqueles que querem uma universidade compromissada com o real e, de outro, por aqueles que exigem da universidade um trabalho mais abstrato, voltado para as questões de base.

Parecem duas posições antagônicas que se polarizam no tradicional binômio teoria-prática. De parte a parte, ouvem-se críticas, procurando mostrar o erro em que o outro está incorrendo. Aqueles que defendem uma universidade menos comprometida com os problemas concretos e mais voltada para as questões mais gerais, abstratas e básicas são acusados de utopistas e alienados. Os outros, que defendem uma universidade compromissada, são chamados de cegos e imediatistas, sem visão das questões mais profundas e de longo alcance que se escondem por de trás das aparências concretas. Trata-se de um debate de vital importância para a universidade, uma vez que discute sua própria função. Parece no entanto que, colocada nestes termos e assim polarizada, a questão envolve um falso dilema. Será que estas duas formas de trabalho caracterizam duas formas excludentes de universidade?

Em termos de pesquisa educacional, há realmente uma contraposição entre a pesquisa empenhada em encontrar explicações e soluções da aplicabilidade mais direta para os problemas que afligem os pais, alunos e professores da rede de 1º e 2º graus e aquela que se dedica a questões filosófico-históricas, sociológicas, psicológicas, etc., mais fundamentais e sem reflexo imediato sobre a prática? Partindo do princípio de que a universidade deve estar ligada ao contexto sociocultural e confrontando esta exigência com os dois posicionamentos acima, com a intenção de descobrir qual das duas formas de trabalho corresponde e qual não corresponde aos interesses da sociedade, certamente não encontraríamos uma resposta fácil. Tanto a pesquisa básica, menos preocupada com os problemas concretos, quanto aquela que estuda situações mais imediatas podem trazer contribuições de fundamental importância para a sociedade, a sua autocompreensão e os caminhos pelos quais deve seguir. Se a universidade, de um lado, não se pode omitir ante os problemas concretos, de outro também deve reservar espaço para a pesquisa mais geral, inclusive conscientemente distanciada da pressão do real. Não se trata de dois momentos antagônicos, mas antes complementares. São duas formas de pesquisa úteis e indispensáveis, quando bem realizadas. O que ocorre é que hoje vivemos um momento histórico de grande ênfase nos modelos "objetivista-positivistas", aos quais nos agarramos na esperança de conseguir soluções para os inúmeros problemas que pendem sobre nós e que exigem solução imediata. O caráter de médio ou longo prazo da pesquisa de base, ligado ao fato de sua frequente alienação, trouxe-lhe o conceito de inútil e meramente ornamental. Daí surge a expressão "isto é mera teoria", o que vale dizer que não tem utilidade nenhuma. Mas, de fato, ambas podem ser mal ou bem feitas e, em consequência, podem ser úteis ou inúteis. Nem a pesquisa

de base (erradamente também chamada teórica) tem o direito de discutir o “sexo dos anjos” e nem a pesquisa aplicada pode enclausurar-se numa visão empírico-positivista, sem uma perspectiva mais ampla e generalizante que é quesito fundamental de toda a ciência.

Este excuro, um pouco longo, tornou-se necessário para esclarecer a afirmação, que muitas vezes ouvimos e por vezes repetimos, de que a falta de interesse na pesquisa educacional e a sua conseqüente não divulgação decorre do fato de ela ser demasiado teórica ou muito amarrada à prática. Parece-nos que o enfoque está deslocado e que a origem da falta de interesse, mais uma vez, decorre da falta de qualidade, nos termos acima colocados, trate-se de pesquisa aplicada ou teórica. Tanto uma quanto outra podem enfocar temas e dispensar-lhes um tratamento tal que seus resultados não apresentem nenhum interesse, isto é, podem ser inúteis e vazias enquanto pesquisa, mas podem, igualmente, abordar temas e trabalhá-los de tal maneira que seus resultados sejam da maior relevância. Não se trata, portanto, da decisão entre um trabalho mais “teórico” ou um mais “prático”, mas da relação que cada uma destas abordagens tem com a realidade sociocultural, qual seu poder de análise, sua capacidade explicativa. O pressuposto que valida ou invalida ambas é o seu relacionamento com a realidade histórico-cultural-social e o seu rigor científico. Esta relevância, é necessário alertar, nem sempre é fácil de ser avaliada. Não se trata de um processo mecanicamente mensurável. Na universidade deve haver espaço para o experimento, para a construção de utopias, e para tanto é necessária a preservação da autonomia de pesquisa (cf. Romano, 1982). Contudo, esta autonomia não significa um alvará de dispensa do compromisso social da universidade. Ao contrário, trata-se de uma autonomia responsável que a liberta e protege de grupos interessados em servir-se dela para proveito próprio, mas da qual deverão prestar contas. Prestar contas não a grupos específicos (tecnocratas, políticos, economistas, etc.), mas à sociedade como um todo. Ora, e assim retornamos ao meio do tema, a forma de prestar conta dos trabalhos de pesquisa é a publicação dos seus resultados. As pesquisas devem ser socializadas, de modo que possam ser julgadas, criticadas, corrigidas, ampliadas e usadas. Aquelas cujos resultados não são de alguma forma divulgados (há muitas formas de divulgação) são pesquisas inúteis.

Fica agora mais claro que a divulgação da pesquisa não é apenas uma questão técnica, relativa aos meios de divulgação. Trata-se também, e talvez antes de mais nada, de um problema substantivo, inerente à própria pesquisa, tal qual vem sendo realizada nas nossas universidades. Efetivamente, devemos reconhecer que muitas pesquisas não estão qualificadas para aparecerem em público. Esta, então, é a primeira conclusão parcial: há muitas pesquisas que permanecem nas prateleiras ou nas gavetas das escrivaninhas dos pesquisadores porque não vale a pena que sejam divulgadas.

A responsabilidade social do pesquisador

A universidade sempre teve como objetivo cultivar e transmitir o saber. Sua ação sempre esteve intimamente ligada aos interesses dominantes e à própria estrutura da

sociedade. Enquanto o saber era considerado um arsenal mais ou menos fixo de conhecimentos, sua função principal era a de cultivar e transmitir esses conhecimentos. Seus integrantes, os professores, deviam ser sábios e bons docentes. Depois, “sob o impacto determinado por novas exigências, constatou-se a necessidade de ampliar os conhecimentos, produzir novos saberes, e o meio privilegiado foi a pesquisa” (Wanderley, 1983, p. 37). Com Humboldt, este novo pilar – a pesquisa – foi introduzido formalmente na universidade moderna. Mesmo que nessa época ainda não mencionasse o terceiro objetivo básico – a extensão – que mais tarde veio juntar-se aos dois primeiros, a pesquisa, por si só, acompanhando o movimento geral da sociedade, ampliava a presença social da universidade, uma vez que os resultados desta pesquisa deveriam ser transmitidos, exercendo função importante na evolução e transformação da sociedade (Goergen, 1979).

No Brasil, desde o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que estabelece como princípios básicos da universidade a elaboração, transmissão e vulgarização da ciência, até as inúmeras manifestações posteriores do MEC, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e de outros organismos educacionais, verificamos uma constante insistência na imagem da universidade como uma instituição ligada à sociedade na qual está inserida. A despeito destes propósitos terem ficado mais na teoria do que na prática, eles definem o caráter social da docência e da pesquisa, estabelecendo, desta forma, parâmetros para a ação do docente/pesquisador. Se concordamos com Wanderley (1983, p. 41), de que “o ensino e a pesquisa devem manter padrões elevados de competência, seriedade e qualidade, sendo questionados sempre em função de sua relevância social”, estaremos estabelecendo a relevância social como um critério importante para a ação do pesquisador. No caso da pesquisa, este critério tem presença importante em dois momentos: o estabelecimento de temática e a divulgação dos seus resultados. Já foi colocado acima a importância do critério social para a qualidade da pesquisa e seu reflexo sobre sua divulgação. Contudo, nem todo trabalho bem elaborado e socialmente relevante é automaticamente publicado. Sobretudo naqueles casos em que não apresenta interesses comerciais mais imediatos, faz-se necessária a vontade do pesquisador para que seu trabalho seja divulgado. Mesmo sabendo das mil dificuldades que cercam o pesquisador, desde o início até o final de seu trabalho, parece que se pode constatar, em muitos casos, uma falta de consciência da responsabilidade de promover a divulgação de sua pesquisa, que, ao nosso ver, todo pesquisador tem. Há muitos casos que lembram a imagem de um pesquisador contratado que ao concluir seus trabalhos não se sentisse no dever de colocar à disposição os resultados obtidos. Difícil de imaginar? Nem tanto, na universidade. Aqui é comum a falta de empenho do pesquisador na publicação de seu trabalho. Se a consciência da responsabilidade de divulgar os resultados (aliás, intimamente ligada ao princípio geral da relevância social) estivesse presente desde o primeiro momento em que a pesquisa é planejada e escolhido o tema, até a sua elaboração final onde a linguagem assume um papel importante, muitas pesquisas resultariam diferentes. Tomemos, a título de ilustração, a questão da linguagem, que muitas vezes é o elemento responsável pela não divulgação ou, o que é equivalente, pela não compreensão das pesquisas. Inúmeras delas vêm

involucradas numa linguagem hermética e fechada, acessível apenas ao pequeno grupo de iniciados. A linguagem, ao invés de tornar transparente e acessível, obscurece e esconde.

Parece, portanto, que a consciência social do pesquisador e a convicção de que os conhecimentos conquistados devem ser transmitidos ao público interessado,¹ para que este possa deles beneficiar-se, podem ter influência direta sobre muitos aspectos da pesquisa, desde a escolha da temática e linguagem a ser usada até a própria publicação dos resultados.

Os meios de divulgação

Os dois aspectos acima apontados – a falta de qualidade do trabalho e o descompromisso social do pesquisador – ainda que expliquem a não divulgação da pesquisa o fazem apenas parcialmente. Na universidade também são elaborados ótimos trabalhos que, apesar da vontade e do empenho dos seus autores, jamais conseguem ser publicados. Aqui surge a questão dos meios de divulgação.

Primeiramente, para maior clareza, deve ser dito que existem inúmeras formas de divulgação. Antes de mais nada, devem ser distinguidos dois caminhos diferentes, ainda que não contraditórios nem excludentes. Há uma publicação para dentro da universidade e outra que se dirige para fora, atingindo um público maior. Há também muitas formas de divulgação. Muitas vezes se esquece que uma das mais importantes formas de divulgação da universidade é a própria docência ligada à pesquisa, tendo em vista que os alunos se tornam um elo de ligação entre a universidade e a sociedade – um fator multiplicador, como se costuma dizer. Os cursos, as conferências, as palestras, os seminários, etc. são outras tantas formas de divulgação. Os livros e as revistas são os meios mais usados junto a um público mais selecionado. Finalmente, os meios de comunicação de massa ocupam um lugar cada vez maior na divulgação junto ao grande público. As formas, portanto, são muitas e variadas, mas não se reduzem exclusivamente aos meios impressos (há também a televisão, o filme, o vídeo, a fita, etc.), ainda que as considerações que seguem se refiram mais diretamente a eles.

A razão pela qual pesquisas de boa qualidade não são divulgadas, apesar do empenho do pesquisador, pode encontrar-se nos meios de divulgação. Aqui devem ser destacados vários aspectos: falta de recursos, a carência de órgãos de publicação, a política editorial, etc. Vejamos alguns.

Falta de recursos significa, no presente contexto, a carência de recursos especificamente destinados à publicação de pesquisas. É claro que esta questão está embutida no problema maior da crônica falta de recursos e na situação de asfixia permanente em que vive a universidade. Mas não é isso que se pretende discutir aqui. Frequentemente tem-se a impressão de que, terminada a pesquisa, todo o processo está terminado. É o espírito do mero formalismo, tão presente em nossa

¹ Nem todas as pesquisas se destinam ao grande público ou amplas camadas da população. Não se pode cair na ilusão populista de que a relevância social se mede apenas pelo número de pessoas atingidas.

educação, que vem à tona neste momento, mas que, de fato, já contamina a pesquisa desde sua origem. Concluída a exigência da formalidade acadêmica, nada mais resta por fazer. Os resultados se diluem e não importam. Que tem isso a ver com a falta de recursos? Tomemos o exemplo do doutoramento. O doutorando dedica três, quatro, cinco ou mais anos à sua pesquisa e elabora a sua tese. Ela é o resultado final de muitos esforços e sacrifícios investidos e a demonstração final de sua competência acadêmica. O seu autor passa a ser doutor. Concluído, o trabalho deverá ser apresentado encadernado, em vários exemplares. A coordenação do curso se encarregará de distribuí-lo aos encarregados de julgar se ele preenche as exigências e expectativas acadêmicas. A datilografia, o papel, as matrizes, etc., tudo isto já significa, para muitos, um ônus bastante pesado. Apenas poucos conseguem pequenos auxílios de órgãos financiadores. Defendida a tese, o que acontece? Algumas que apresentam bom nível de qualidade e que, ao mesmo tempo, têm a felicidade de tratar de assuntos vendáveis, atraem o interesse de alguma editora e são publicadas. As outras seguem o famoso caminho da prateleira. As editoras trabalham com base em interesses comerciais, e incluem obras em seus programas seguindo critérios comerciais. Devemos reconhecer que muitas pesquisas, apesar de sua qualidade e importância, não apresentam interesse para o grande público e, portanto, não têm chance de serem editadas. Mas seria o livro a única forma de publicação desses trabalhos? Já vimos que há várias formas alternativas, mas não se pode esquecer duas intervenientes importantes: primeiro, que o livro é a forma mais valorizada pela academia e, segundo, que não há recursos para usar formas alternativas.

Algumas universidades europeias exigem a entrega de duzentas ou mais cópias das teses como condição para se receber o diploma. A universidade encarrega-se de distribuir esses exemplares às mais importantes universidades e bibliotecas do mundo. Assim, essas pesquisas ficarão à disposição de outros pesquisadores ou interessados. Este é apenas um exemplo que, adequado ao nosso meio, poderia ser uma forma importante de divulgação de teses, dissertações ou relatórios de pesquisa, facultando o acesso e o conhecimento de saberes já conquistados. Não se deve subestimar o efeito de tais iniciativas. A alegação de que serviriam apenas a uma maior divulgação no meio acadêmico, não atingindo setores mais amplos da população, nem sempre é pertinente, uma vez que, através dela, criam-se mecanismos importantes que evitam a eterna repetição e o constante marcar passo que, por causa da falta de informações, caracterizam algumas áreas de nossa vida universitária. Além disto, muito afeitos à crítica da endogenia universitária, supomos uma perfeita circulação de informações internas à universidade, o que, de forma alguma, corresponde à realidade.

Na verdade, esta ou outras formas alternativas de divulgação não podem ser usadas em maior escala porque não há recursos disponíveis para esta finalidade. Configura-se, então, o seguinte quadro: é importante que sejam formados pesquisadores, que sejam realizadas pesquisas, mas a publicação do resultado de todo esse trabalho é perfeitamente dispensável.

Além desta falta de recursos para a publicação, os pesquisadores se ressentem da falta de órgãos de divulgação. As revistas mais conhecidas geralmente não lhes reservam nenhum espaço, temendo o desinteresse dos leitores e os consequentes prejuízos econômicos. Não se pode ignorar, de outro lado, os elogiáveis esforços de algumas organizações, como é o caso do Inep, de preencher esta lacuna, através de novas publicações.

A carência de órgãos de publicação não é um aspecto isolado dentro do complexo de razões que explicam a falta de divulgação. Este conjunto de razões deve ser visto no seu todo, para que se possa chegar a entender a inadequada publicação das pesquisas e propor alguma solução. O sistema de comunicação é demasiadamente complexo para que se possa solucionar suas deficiências através de medidas relativamente simples, como seria a criação de mais algumas revistas ou o financiamento de edições de livros, etc. Há todo um contexto cultural que interfere, desde o hábito de procurar até a consciência de fornecer informações. É difícil entender porque as informações disponíveis não são usadas e porque, de outro lado, órgãos de divulgação muitas vezes têm dificuldades de obter informações.

Faz-se necessário não apenas um esforço para colocar as informações à disposição, mas é igualmente importante a educação dos potenciais usuários para que eles percebam a importância das informações para a sua vida e venham a servir-se delas. Esta tarefa educativa é exercida, em parte, pela própria divulgação das pesquisas que ao informar vai formando os leitores. “Costumamos ressaltar”, diz o cientista José Reis (1985), “que o jornalismo científico tem duplo papel: informador e formador”. Esta é uma tarefa complexa e que só pode ser solucionada a longo prazo porque está relacionada ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

Além das dificuldades de publicação em forma de livro, da falta de órgãos de publicação e da carência de recursos para o uso de formas alternativas, há um outro aspecto que merece ser lembrado. As pesquisas que chegam a ser publicadas geralmente alcançam uma divulgação muito limitada. É claro que o leitor imediatamente lembrará as condições da sociedade brasileira, pobre e analfabeta, e concluirá que é evidente que neste meio as pesquisas não podem ter divulgação maior. A razão que o assiste não nos dispensa de lutar para que a pesquisa educacional dê de si o melhor para ajudar a superar esta situação, inclusive através da difusão de seus resultados. Na maioria dos casos, a difusão dos conhecimentos fica limitada ao meio universitário que, como já foi lembrado, é sem dúvida importante mas demasiadamente limitado. É necessário que a divulgação ultrapasse a barreira acadêmica e, no caso da pesquisa educacional, atinja as redes de 1º e 2º graus, os pais, os alunos, etc. Aquilo que estamos cansados de falar na universidade – alienação do professor, a crítica dos conteúdos e das metodologias de ensino, etc. – nada disso chega aos professores, para não falar de alunos e pais. Neste quadro, mais uma vez, interfere um complexo de fatores: os meios de divulgação, a falta de relevâncias dos conteúdos, o linguajar codificado e difícil... As dificuldades são inúmeras e os pesquisadores, muitas vezes, sequer se apercebem delas. Elas crescem ainda mais na medida em que se espera atingir camadas mais amplas da população.

Caminhos alternativos

Diante deste quadro, que apesar dos avanços assinalados ainda se apresenta bastante desolador, que caminhos seguir? Inicialmente, é preciso ter claro que a pesquisa é sempre um investimento de risco e que nunca há um aproveitamento total.² Não se trata de um problema particular brasileiro. Ocorre também, em escala maior ou menor, em outros países, mas a nossa carência de recursos exige ainda mais a maximização do seu aproveitamento.

A primeira medida a ser tomada para melhorar a divulgação da pesquisa é investir na sua qualidade. Conseguindo melhorar a qualidade, teremos a parte mais difícil do caminho andada. Melhorar a pesquisa significa investir recursos na formação de bons pesquisadores e no financiamento de suas investigações. Este objetivo certamente não poderá ser alcançado com as minguadas verbas que atualmente são colocadas à disposição das universidades. Já é tempo de mudar a mentalidade imediatista, dominante entre educadores, pesquisadores e responsáveis pela política educacional, iniciando um planejamento a médio e longo prazos da pesquisa, assegurando-lhe prospectividade e continuidade. É uma tarefa difícil, da qual se pode esperar resultados somente a médio e longo prazos, mesmo ao nível das instituições de ensino e pesquisa que hoje reúnem melhores condições. O preparo sistemático de pesquisadores na perspectiva de nossa realidade sociocultural e na elaboração de abordagens rigorosas e adequadas e ainda capazes de apresentarem seus trabalhos numa linguagem precisa, mas acessível ao público interessado, é assunto de fundamental importância. Da qualidade da pesquisa depende essencialmente a sua divulgação.

Neste contexto, é bom relembrar os dois aspectos centrais já colocados acima: a relevância social e a correção metodológica das pesquisas. A universidade deve repensar o seu relacionamento com a realidade social, a partir das necessidades e interesses da sociedade nacional, regional e local em que está inserida. Este relacionamento está hoje profundamente abalado e desacreditado, sendo urgente a sua revisão. Na parte que diz respeito à pesquisa, o caminho é o aprimoramento da formação dos pesquisadores, a sua reorientação para a nossa realidade socio-cultural-educacional, o uso de métodos rigorosos e confiáveis, a melhoria do sistema bibliotecário, a otimização do uso dos recursos e a luta simultânea por mais recursos, bem como o melhoramento e ampliação da divulgação da pesquisa.

Dois pontos, já mencionados de passagem anteriormente, merecem destaque: a questão dos recursos e a das bibliotecas. Quanto aos recursos, ao par de serem muito escassos, são mal administrados e incorretamente distribuídos pela universidade. Há um condicionamento bilateral entre a falta de recursos destinados à pesquisa e qualidade, pois se não há recursos, a qualidade é um objetivo difícil de ser alcançado, e se não há qualidade, não se justifica a aplicação de recursos.

Quanto às bibliotecas, não é necessário dizer muito, porque todos conhecemos a situação deplorável em que elas se encontram. No entanto, a biblioteca é o lugar

² Deve-se levar em conta também que muitos trabalhos são o primeiro ensaio, não passando de uma iniciação à pesquisa científica.

por excelência onde a produção cultural fica acumulada e à disposição de todos. A biblioteca pública é a alma *mater*, a memória indispensável para o progresso e a divulgação do saber.

Já que estamos falando de recursos, há um outro aspecto que deve ser lembrado que é o da desburocratização dos financiamentos. Há pesquisadores que evitam pedir financiamentos e deixam, portanto, de fazer determinadas pesquisas por temor à carga burocrática que terão que enfrentar. Formulários, prestações de conta, relatórios... O valor e a qualidade final até se tornam secundários. Tudo se perde num formalismo vazio. Isto tem relação com a qualidade da pesquisa e sua publicação, porque aquela necessita de um ambiente favorável para que possa produzir o que dela se espera.

Quanto à divulgação propriamente dita, é necessário que se reconheça que muitos esforços vêm sendo feitos, mas, mesmo assim, ainda resta muito por fazer. A ampliação da divulgação deve ser vista em três dimensões: para dentro da própria universidade, junto à rede oficial de ensino e junto às camadas mais amplas da população.

O primeiro passo seria o aprimoramento da divulgação das pesquisas dentro das instituições de ensino superior. Ao contrário do que possa parecer, até dentro das próprias universidades elas não são bem divulgadas. Esta divulgação é muito importante por causa de seu grande efeito multiplicador (aulas, cursos de extensão, de especialização, palestras, conferências, mesas redondas, etc.) junto aos alunos que depois levarão esses conhecimentos para o meio social. É necessário dar a devida importância (e recursos!) para a publicação de dissertações de mestrado, teses de doutoramento, relatórios de pesquisas, através de uma eficiente rede de distribuição. Mais uma vez as bibliotecas terão um papel fundamental. Enquanto não existir esse sistema de divulgação, pouco adiantam as bibliografias que apenas dão notícia ou noção muito vaga das pesquisas que foram realizadas.

O segundo passo seria um projeto conjunto entre a universidade (faculdades de Educação) e a rede oficial de ensino de 1º e 2º graus, fazendo com que as pesquisas se voltem para essa realidade, que a ela cheguem e de lá retornem para serem reelaboradas e desenvolvidas. Há a necessidade de se criar canais de comunicação para divulgar, discutir e criticar as mais importantes. Não se trata de um projeto unilateral em que só a universidade teria algo a dizer, impondo o seu iluminado saber de cima para baixo. Haveria antes uma participação conjunta, ainda que a universidade realize as pesquisas, por ser esta a sua função precípua. Esta forma integrada de trabalho evitaria uma série de problemas: os trabalhos sem relevância social, os métodos inadequados, o linguajar inacessível, a falta de retorno como elemento fundamental para o avanço dos conhecimentos, etc. Nesta perspectiva, torna-se imprescindível a participação dos três níveis de ensino e a existência de uma infraestrutura que garanta o acesso ao conhecimento e às informações.

A terceira medida seria o uso dos meios de comunicação de maior penetração entre camadas mais amplas da população. Aqui está quase tudo por fazer. Diante do papel cada vez mais importante que esses meios de comunicação assumem na formação da opinião pública, é urgente que o setor da educação acorde e comece a

usá-los. Eles têm, inclusive, a relevante função, anterior à divulgação propriamente dita, de mostrar a importância da educação. Enquanto não se estiver convencido de que a educação é importante para a vida do indivíduo e da sociedade, ninguém se interessará pelas investigações neste setor. Estamos vivendo uma época em que o jornalismo científico assume um papel cada vez mais importante. É imprescindível que a educação use esta forma de comunicação. É necessária a participação de profissionais competentes que saibam trazer as matérias de forma correta, séria, instrutiva, mas também atraente. Não devemos alimentar a ilusão de atingir com facilidade toda a população brasileira. Nossa realidade cultural não oferece condições para isto. O que importa é a luta para atingir o maior número possível de pessoas.

Conclusão

Via de regra, quando se fala da divulgação da pesquisa educacional, a atenção fica logo e somente voltada para a situação precária dos meios de divulgação. Há outros elementos importantes, e até anteriores aos meios, que têm influência decisiva sobre a divulgação da pesquisa. Tais são a qualidade da pesquisa, sua relevância social, originalidade e rigor metodológico e a consciência social do pesquisador. As soluções, se as quisermos profundas e duradouras, devem iniciar corrigindo as falhas a este nível. Esta constatação, contudo, não diminui a responsabilidade que cabe aos meios de comunicação. Há a falta de recursos e carência de meios adequados para a divulgação. A correção através da mera criação de mais recursos seria parcial. Há que ver o lado do pesquisador que produz e o lado do leitor que utiliza a pesquisa. A divulgação deve estabelecer um fluxo (e refluxo) de informações e conhecimentos entre estes polos. Os meios de divulgação, no exercício de sua função formadora e informadora, devem não apenas chegar, mas chegar de forma adequada ao público a que se destinam. A divulgação destina-se a três tipos principais de público: o universitário, aquele que trabalha na rede oficial de ensino e as camadas mais amplas da população, especialmente aquelas mais diretamente envolvidas com educação. Para atingi-los, três medidas são indispensáveis: melhorar a qualidade da pesquisa, criar entre os pesquisadores a consciência da necessidade de divulgar os resultados dos seus trabalhos e aprimorar os meios de divulgação. A pesquisa cujos resultados não são de alguma forma divulgados não deveria ter sido elaborada.

Referências bibliográficas

FERNANDES, Florestan. *A universidade brasileira: reforma ou revolução*. São Paulo: AlfaOmega, 1979.

GOERGEN, Pedro. A universidade, sua estrutura e função. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 52-59, jan. 1979.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- NOSELLA, Paolo. Aspectos teóricos da pesquisa educacional. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 6, n. 19, p. 15, ago. 1984.
- REIS, José. Ciência, notícia e verdade. *Correio Popular*, Campinas, 9 jun. 1985. Seção Ciência e Tecnologia.
- RICOUER, Paul. Préface. In: DRÈZE, Jacques; DEBELLE, J. *Conceptions de l'université*. Paris: Ed. Universitaires, 1968.
- ROMANO, Roberto. Progressivismo e conservadorismo: questões sobre a universidade. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 4, n. 13, p.7-18, dez. 1982.
- SAVIANI, Dermeval. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo: Cortez, 1984.
- SCHWARTZ, Laurent. *Para salvar a universidade*. São Paulo: Edusp, 1984.
- THIOLLENT, Michel (Org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Autores Associados, 1982.
- VELLOSO, J. Reflexões sobre a produção científica na pós-graduação em educação e a participação de discentes. In: ENCONTRO DE COORDENADORES DE PÓS-GRADUAÇÃO, Curitiba, 1978. *Anais...* Brasília: Capes/MEC, 1978. p. 67-93.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. *O que é universidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Pedro Goergen, doutor em Filosofia pela Ludwig Maximilians Universitat de Munique, Alemanha, é professor titular da Universidade de Sorocaba e professor titular (colaborador) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
goergen@unicamp.br